



**DOSSIÊ DO BRASIL AÇUCAREIRO (SÉCS. XVI-XIX)**  
**DOSSIER OF SUGARCANE BRAZIL (16th–19th CENTURIES)**

## APRESENTAÇÃO: DOSSIÊ HISTÓRIA ECONÔMICO-SOCIAL DO BRASIL AÇUCAREIRO (SÉCS. XVI-XIX)

Augusto Fagundes da Silva dos Santos<sup>1</sup>  
Silvana Andrade dos Santos<sup>2</sup>

É com sentimento de muita satisfação e de grande responsabilidade que apresentamos à comunidade acadêmica o Dossiê História Econômico-Social do Brasil Açucareiro (sécs. XVI-XIX). A edição reúne cinco artigos e uma resenha que contemplam diferentes regiões do país - desde o Vale Amazônico, passando por Sergipe e pela Bahia, até Minas Gerais - e que abordam o período colonial e o século XIX. A coletânea evidencia a multiplicidade de espaços e de modalidades de produção açucareira e contribui para reflexões a respeito da persistência da relevância do açúcar na economia brasileira, principalmente no que se refere ao oitocentos.

No primeiro artigo, intitulado “Açúcar, engenhos e engenhocas na Amazônia oitocentista. Uma notícia histórica”, José Maia Bezerra Neto e Juliana Nascimento Medeiros, utilizando uma gama variada de fontes, elaboram uma verdadeira radiografia da produção açucareira no Grão-Pará, apresentando suas principais características, a exemplo das tipologias das propriedades rurais, o valor dessas propriedades e a quantidades de escravizados por unidade produtiva. O texto demonstra, por exemplo, a edificação de engenhos do tipo hidráulico, construídos a partir do aproveitamento do potencial hidrográfico local, e a produção realizada no sistema de policultura, com a cana dividindo espaço com a atividade extrativista, a cultura de alimentos e a atividade pecuária, principalmente de gado vacum. No que tange aos derivados do açúcar, o texto mostra que a aguardente foi amplamente produzida na Província do Grão-Pará e possuía demanda interna de grande monta. Ao mesmo tempo, embora a produção de açúcar da região tenha tido pouco impacto na pauta de exportações brasileiras, o gênero figurou, ao longo do século XIX, de forma regular no rol de exportações, ocupando sistematicamente a oitava colocação.

Por fim, o autor e a autora chamam atenção para um discurso tácito presente na historiografia de que na região amazônica do Grão-Pará contava com um número reduzido de escravizados africanos nas unidades produtivas açucareiras. E, através da

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela UFBA. Pesquisador de Pós-Doutorado da UFSCar/FAPESP. E-mail: [augustofagundes@uefs.br](mailto:augustofagundes@uefs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1700-2689>.

<sup>2</sup> Doutora em História pela UFF, com Pós-Doutorado em História pela USP. Professora Visitante do PPGH/DCHF-UEFS. E-mail: [santos@uefs.br](mailto:santos@uefs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7055-3431>.

documentação, refutam esta ideia demonstrando que a produção, principalmente de gêneros destinados à exportação, se deu pela força de trabalho escrava africana e indígena.

No segundo artigo do Dossiê, Lincoln Gonçalves Rodrigues disserta sobre “As transformações do setor açucareiro na zona da mata mineira e a construção do engenho central Rio Branco no final do século XIX”. Nele, o autor, analisando a conjuntura de crescimento da instalação dos engenhos reais no Brasil no final do oitocentos, trabalha com o estudo de caso do Engenho Rio Branco, criado em 1885, justamente nesse contexto de tentativa do Estado brasileiro de modernizar o setor açucareiro, em busca de recuperar pelo menos parcela do setor no mercado mundial.

O autor destaca a relevância dos pequenos e médios engenhos no processo de retomada do setor açucareiro, bem como relaciona tais empreendimentos aos efeitos de encadeamento causados por sua expansão, por exemplo, do setor de transportes subsidiado pelo Estado. Rodrigues estabelece ainda relação entre a história do Engenho Rio Branco com a história do açúcar na Zona da Mata Mineira, que veio a se tornar, no final do século XIX, a maior região açucareira de Minas Gerais.

O terceiro artigo do Dossiê, intitulado “Teias familiares, autoridade senhorial e direitos de propriedade: as querelas de Dona Antônia de Vera Cruz Braque (Sergipe, 1826-1828)”, escrito por Fernanda Carolina Pereira dos Santos e Nathiely Feitosa Farias, evidencia o exercício da autoridade senhorial por uma figura feminina em plena estrutura patriarcal. Segundo as autoras, essa autoridade senhorial era conferida em duas frentes, uma de caráter simbólico, adquirida pelas redes familiares e pela “herança imaterial” e outra adquirida pela boa gestão da herança material herdada de seus falecidos maridos.

As autoras demonstram que Antônia de Vera Cruz Braque foi capaz de proteger seu patrimônio e fortalecer a sua autoridade senhorial, defendendo seus bens adquiridos, assim como ampliando-os, através de disputas e querelas judiciais que tinham como cerne a questão fundiária e o direito de propriedade. Por meio de matrimônios e redes de relações, ocupando e utilizando a estrutura do patriarcado a seu favor, a proprietária multiplicou significativamente seu patrimônio, passando a possuir, em relativamente curto espaço de tempo, de um para três engenhos de açúcar; de cerca de trinta escravizados para cerca de cento e cinquenta; e de uma fortuna de alguns contos, para mais de trinta e cinco contos de réis.

Também trabalhando com a Província de Sergipe no século XIX, Lucas Oliveira de Jesus e Carlos de Oliveira Malaquias escreveram o quarto artigo deste Dossiê “Ao norte, os herdeiros...”: terras indivisas, redes sociais e transmissão de engenhos na ribeira do Vaza-Barris (São Cristóvão, Sergipe, século XIX). Assim como o texto anterior, a questão central do artigo é o direito e a transmissão da propriedade fundiária.

Utilizando uma gama variada de fontes e a metodologia de Redes Sociais, tanto a Sociometria quanto a Teoria dos Grafos, os autores argumentam que as terras da cana-de-açúcar na região do Rio Vaza-Barris, em São Cristóvão-Sergipe, passavam, no século XIX, por mecanismos não econômicos de controle e transmissão da posse das terras, onde as relações sociais e os vínculos de parentesco eram fundamentais. Conforme os autores, as elites senhoriais da região diversificaram suas estratégias a fim de assegurar a manutenção do patrimônio familiar, seja através do adiantamento de herança, escolha de herdeiros, dotes, doações e compras de parcelas de terras vizinhas.

Os autores evidenciam ainda que a situação jurídica pró-indivisa foi muito bem utilizada pelas famílias senhoriais da elite da capital sergipana no controle do sistema de transmissão de terras. Ao adquirir terras sem demarcação, os senhores de engenho ampliavam seu raio de poder sobre áreas anteriormente restritas. Por meio das redes sociais e da coesão familiar, os autores diagnosticam que o reconhecimento da vizinhança dos engenhos do Vaza-Barris era uma decisão política e que a co-posse de engenhos era uma prática amplamente difundida entre as famílias senhoriais.

O quinto artigo que compõe este dossiê é o trabalho de Cândido Domingues, intitulado “Cartório do açúcar: fontes para o estudo do açúcar na Bahia Colonial”. Nele, o autor realiza a transcrição da carta do padre jesuíta Luís da Rocha, escrita em 1735, no Engenho Sergipe do Conde, e lança luz para variadas opções temáticas que existem ao se trabalhar com o Cartório dos Jesuítas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo - (ANTT). Para Domingues, além de temas já conhecidos, tais como: produção, circulação, consumo, contabilidade (custos e lucros) e escravidão, o Armário Jesuítico do ANTT possibilita trabalhar, tanto através da documentação do Engenho Sergipe do Conde (Recôncavo da Bahia), quanto do Engenho Santana (Ilhéus), com temáticas como: vida religiosa, relações de compadrio, hábitos alimentares, a questão da fome, a questão geográfica, a

exemplo das tipologias de solo e o volume pluviométrico que afetava diretamente na produção açucareira.

Ademais, em misto de apelo e provocação, o autor é certo ao convocar historiadores e historiadoras formados, mas principalmente, iniciantes e em formação, para observarem com mais acuidade para a História do Açúcar, visto que esta possui inúmeras possibilidades ainda pouco trabalhadas, a exemplo de temas que estão na ordem do dia e que constituem peças-chaves para a compreensão de vários problemas atuais brasileiros, como a História Ambiental, a História Ecológica e as desigualdades em suas variadas dimensões.

Finalmente, em “A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: uma análise interdisciplinar da expansão territorial e impactos socioambientais”, Jaciane Aparecida Jesus da Cruz analisa a obra “A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográficas, históricas e ambientais” de Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues e Jurandyr Luciano Sanches Ross. Publicada pela EDUFU em 2020, a obra conjuga elementos das áreas de Geografia, História e Ecologia para analisar a história da produção açucareira desde o período colonial até o século XXI e seus efeitos em diferentes dimensões da sociedade brasileira.

Os trabalhos reunidos evidenciam, portanto, a complexa dinâmica do setor açucareiro no período colonial e no século XIX, explorando temas como as tipologias de engenhos, a relevância da força de trabalho escrava africana e indígena, as estratégias de autoridade senhorial feminina e transmissão de propriedade fundiária, e o potencial inexplorado das fontes documentais, por exemplo, para a História Ambiental e as desigualdades contemporâneas. A publicação bilíngue, com tradução para o inglês, possibilitada graças ao empenho da Equipe Editorial da Revista Baraúnas, certamente contribuirá para difusão e ampliação do alcance dos trabalhos apresentados. Convidamos a todas as pessoas interessadas a lerem este Dossiê, que revista e lança novos e relevantes perspectivas sobre a História Econômico-Social do Brasil Açucareiro.